

Francisco Pereira Neto¹
Marilis Lemos de Almeida²
Sandro Mesquita³

UM OLHAR PARA AS PERIFERIAS: DESAFIOS DIANTE DO COVID-19

¹ Professor adjunto, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (Ppgant/Ufpel)

² Professora adjunta, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pelotas (PPGS/Ufpel)

³ Coordenador cultural da Central Única de Favelas de Pelotas (CUFA/Pelotas).

RESUMO

Este ensaio defende que um olhar mais atento sobre as periferias é condição prioritária para o combate efetivo ao avanço do Covid-19 em seus territórios. Reflete sobre as condições de reprodução das periferias no Brasil, com ênfase nas condições de trabalho da população, nas “formas de habitar” e nas peculiaridades nas relações entre espaços público e privado. Alerta para a “invisibilidade” das periferias para parcelas da sociedade e para o poder público em especial, assim como para os danos que causa na implementação de ações e políticas públicas capazes de proteger essa população. Enfim, conclui que sem o reconhecimento da complexidade das periferias, corre-se o risco de repetir os efeitos históricos da desigualdade na atual crise sanitária, impondo às populações efeitos catastróficos, como a morte descontrolada e a penúria entre seus cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia; Periferia; Cidadania.

A Pandemia do Covid-19 tem descortinado as várias epidemias que assolam nosso mundo, nossos países, nossas cidades, nossas ruas, nossas casas. Ela é uma e ela é muitas, pois vivida de forma diferente pelos diferentes. Se ao fim, a morte espreita a todos e o luto pesa sobre nós, o caminho percorrido é muito distinto. Se em alguns países uma rede de proteção social se apresenta e atenua os danos econômicos, sociais e pessoais, no Brasil enfrentamos a Pandemia a partir dos lugares de privilégio e vulnerabilidade em que nos encontramos.

O Covid-19 não é o mesmo e, não estamos nos referindo a possíveis variantes, mas aos efeitos que produz, aos danos que provoca, as formas distintas com que este vírus invisível se materializa para cada um, dependendo do ponto em que se situa nas intersecções entre classe, raça, gênero, geração entre outros marcadores sociais. Algumas questões precisam ser levadas em conta quando observamos o cotidiano das periferias, assumindo que a reação mais efetiva ao contágio da população pelo Covid-19 é o isolamento social. Ao fazer essa observação mais detida, fica claro que a relação com o vírus muda sensivelmente dependendo da inserção sociocultural dos grupos atingidos pelo contato. Segundo Lichand et al (2020), com base nos dados colhidos no projeto “Brasil sem corona” e em que pese, como os autores reconhecem, os limites do dados, as classes A e B eram as que menos cumpriam as medidas de isolamento, em contraste, com as classes D e E, “mais atentas ao comportamento dos outros e ao seu próprio”.

Certamente este é um retrato limitado e impreciso, que não pode ser expandido para outros espaços sociais, mas permite ilustrar como as variações socioculturais podem se dar em direções diversas, e acrescentaríamos, não somente pelo recorte de classe, mas também geracional, uma vez que os comportamentos diante do risco representado pelo Covid-19 são distintos entre jovens, adultos e pessoas mais velhas. Propomos elencar algumas das particularidades da experiência dos habitantes das periferias, a partir da realidade de Pelotas/RS, que podem estar incidindo no nível de proteção das populações no contato com o vírus. Ao escolher os elementos abaixo elencados, estamos optando por trazer características que são sensíveis em grande parte dos ordenamentos socioculturais presentes nas periferias brasileiras, mas que certamente não esgota a diversidade de possibilidades de resposta dessas regiões ao desafio da atual epidemia.

Uma primeira característica a ser levada em consideração é que nas periferias brasileiras vivem pessoas de baixa ou baixíssima renda, sendo que grande parte deste contingente é formado por pretos e pardos. Seja por seus predicados de classe social ou de origem étnico/racial, essa população sofre um brutal cerceamento das suas possibilidades de acesso a bens e serviços (entre eles os de saúde), se comparada com os grupos de classe-média e alta da população brasileira. Na sociedade brasileira não há gradações tênues entre os grupos com mais e com menos recursos. A desigualdade faz uma clivagem quase definitiva entre os grupos da sociedade, produz experiências muito distintas para quem ocupa posições de cima ou de baixo no espectro socioeconômico.

Para a maioria dos habitantes das periferias o cumprimento das orientações sanitárias, dentre elas o isolamento social, é muito difícil, tendo em vista o tipo de ocupação e de trabalho realizado. As pessoas que estão empregadas geralmente ocupam postos subalternos do mercado de trabalho como porteiros(as), empregadas domésticas, balconistas, entregadores, operários da construção civil, enfim, atividades que exigem circulação pela cidade, mesmo em uma situação de emergência como a que vivemos. Neste caso, estamos falando de pessoas com uma situação mais estável por contarem com um emprego formal ou ao menos regular. Mas há também outros contingentes de trabalhadores, em condições de inserção mais precárias, que vivem de trabalhos temporários, são ambulantes, fazem “bicos”. Esse tipo de inserção normalmente coloca a urgência da sobrevivência como dinâmica estrutural, ou seja, produzem de dia para comer a noite. Para esses também é fundamental estar na rua, pois é na rua que “inventam” diariamente suas condições de trabalho e garantem sua sobrevivência material. Como nos lembra Sandro Mesquita, coautor deste texto e integrante da CUFA, ao fazer uma crítica à filantropia e ao papel passivo que é outorgado àquele que é objeto da caridade, é fundamental ensinar as pessoas a “caçar”, expressão de uma postura ativa de produção das suas vidas constituídas a partir das próprias periferias. Portanto, estamos falando de pessoas que trabalham em atividades nas quais “ficar em casa” (slogan do isolamento social) é, muitas vezes, uma impossibilidade.

Se as características do trabalho dos habitantes da periferia os expõe ao contato com a rua e, por conseguinte, ao perigo da contaminação do vírus, há outras situações que também agravam o problema e estão vinculadas ao tipo de moradia e a forma como as pessoas utilizam as mesmas. Em relação ao tipo de moradia, certamente podemos vincular sua estrutura às dificuldades econômicas que estão na origem da própria constituição das periferias e, mais especificamente, das favelas (VALLADARES, 2005). Trata-se de um movimento em que indivíduos e famílias com poucos recursos socioeconômicos, ao migrarem do campo para a cidade ou mesmo serem forçados a migrarem internamente nas cidades por conta da especulação imobiliária, são impulsionados para as margens das cidades. Nestes lugares vigora a ocupação ilegal, com condições precárias de saneamento básico. Os incipientes projetos de habitação popular no Brasil trazem a promessa de uma solução destes problemas, mas seu alcance em termos de quantidade e qualidade frustra as expectativas de enfrentamento dos problemas estruturais que caracterizam as moradias na periferia. Portanto, temos aqui uma situação muito prática. Como pessoas que têm dificuldade de ter acesso a água e sabão para lavar as mãos poderão cumprir a principal regra sanitária de prevenção ao contágio do Covid-19? É certo que as condições de precariedade estrutural quanto à moradia têm grande variação nos territórios periféricos, no entanto outras, como o saneamento básico, convergem para uma situação de precariedade generalizada.

Nos anos 80 e 90 do século passado a antropologia brasileira produziu um qualificado debate sobre a constituição das populações periféricas nas cidades brasileiras, forjando conceitos como os de classes populares ou o de grupos populares, que ajudaram a caracterizar os “modos de viver” nas periferias das grandes cidades do país. Aqui no sul do Brasil os estudos sobre família e parentesco entre grupos populares (FONSECA, 1995), em grande parte desenvolvidos para a realidade de Porto Alegre/RS, apontam para questões importantes na dinâmica de ocupação dos espaços e colocam ênfase na constituição da moradia entre seus habitantes. Ali já aparecem as questões que são levadas em conta hoje, quando se fala nos efeitos do Covid-19 nas periferias, como os padrões de moradia que combinam casas de pequenas dimensões com um número grande de moradores (FERREIRA, 2020). Temos aqui um problema importante para pensarmos o comportamento dos habitantes das periferias em tempos de pandemia. Nesta estrutura de moradia, mediada pela família extensa, as fronteiras entre o público e o privado, normalmente bem delimitadas em famílias dos estratos superiores da sociedade, operam sob uma outra lógica. É comum a extensão dos sentidos do espaço privado para a rua, para o espaço da vizinhança. A sociabilidade nas periferias é feita por relações ampliadas, fazendo com que as interações na rua sejam um elemento fundamental na construção das subjetividades. Se essa característica pode motivar o contato entre as pessoas na rua, também pode propiciar movimentos organizados de ajuda mútua e de cuidado em relação aos riscos de contaminação. Portanto, as respostas das populações em relação ao isolamento social podem variar devido às circunstâncias que são próprias a complexidade das periferias. O certo é que a imagem da família nuclear, vivendo seus afetos “dentro de quatro paredes”, de onde são excluídos os elementos externos da rua, é uma realidade ilusória para os habitantes de periferias. Mas essa é a imagem que predomina nas mensagens televisivas e é referência de organização familiar para os protocolos de proteção ao Covid-19. É comum as pessoas das periferias de Pelotas/RS, lugar a partir do qual refletimos, distinguirem o que é mostrado na TV do que entendem ser a realidade de suas casas.

Há outro tema que nos parece afetar o comportamento da população das periferias em relação aos cuidados com a transmissão do vírus. Trata-se das questões que envolvem a percepção do corpo da doença nas populações de baixa-renda, tema largamente tratado por áreas da antropologia do corpo e da saúde e da antropologia das emoções. Pela complexidade, pretendemos somente destacar a importância desse tema para um enfrentamento efetivo dos riscos do coronavírus, uma vez que seu estudo ressalta a participação de elementos socio-culturais na “construção” do corpo.

Se o corpo se apresenta como gerador de um conflito, muitas vezes explícito, de possibilidades de compreensão, é pela característica do próprio corpo de ser evasivo. Como assinala Radley, isso não significa dizer que é evasivo ao poder biopolítico, que quer instaurar uma disciplina nos corpos, mas é evasivo porque configura os rumos da experiência em sentidos que o discurso não abraça adequadamente (daí a dificuldade para ‘mostrar’, para delimitar uma dor, para repre-

sentar uma emoção). Segundo Radley, nosso corpo existe potencialmente em dois mundos: um mundano e outro imaginário e, justamente por isto permitiria que se estabelecesse a passagem de um para outro. (BONET, 2006, p.7)

Neste texto Octavio Bonet procura situar a discussão da antropologia sobre o corpo, sociedade, cultura e emoções, traçando um interessante diálogo estes estudos com a psicologia e a biologia. Porém, o que nos interessa aqui é trazê-lo como um exemplo da reflexão sobre a condição ativa dos contextos culturais na construção do corpo e de sua importância como elemento emocional e cognitivo da experiência do homem em seu ambiente cultural. Ora, não há como deixar de perceber que o conhecimento sobre a “construção” do corpo nas periferias é fundamental para entender a relação destas populações com seus cuidados de saúde e que estes cuidados passam pela contexto sociocultural dessas populações.

Ao enfatizar a importância do conhecimento sobre o corpo na antropologia, estamos interessados em trazer a necessidade de observar as periferias como uma realidade complexa, que se recria sobre ordenamentos mais ou menos estáveis como a organização política do espaço, os saberes sobre o corpo e a saúde, os efeitos da intensidade da mobilidade urbana nas coletividades, os atores sociais que disputam a produção dos sentidos de comunidade em seus territórios; enfim, elementos que exigem uma certa reserva em definir a realidade das periferias de uma cidade média como a mesma de uma grande metrópole, mas, ao mesmo tempo, não desconsidera a possibilidade de homologias em suas estruturas. Da mesma forma, ao trazer o universo do trabalho e as características dos “modos de habitar” das periferias, nossa intenção aqui é mostrar algumas das especificidades socioculturais que podem explicar o avanço mais ou menos intenso da contaminação nesta população. Ao não reconhecer a complexidade da realidade nas periferias corre-se o risco tanto de uma comunicação precária sobre a contaminação quanto da produção de protocolos de proteção inadequados, incapazes de motivar uma ação que diminua a propagação do Covid-19 nas periferias.

Esse não reconhecimento da complexidade que circunda esses lugares resulta em imagens projetadas da periferia e da pobreza que dificultam mobilizar rapidamente redes de proteção capazes de chegar àqueles que precisam. O pobre idealizado, a favela imaginada nas mentes daqueles que não transitam nesses espaços, que desenham políticas para “beneficiários” e “públicos-alvo”, e não para pessoas concretas de carne e osso, retarda a ação e erra o foco. Enquanto isso, a pandemia avança em ritmo veloz, os estudos são ainda incipientes no país, mas alguns pesquisadores (LICHAND et al, 2020) falam em duas curvas, “a dos mais ricos, já algo mais controlada, e a dos mais pobres, em franca ascensão” (AMÂNCIO, 2020) e é mais letal, especialmente entre os negros, que acessam menos os leitos hospitalares do que os brancos, segundo dados do Ministério da Saúde (MENA, 2020). A desigualdade social que caracteriza o Brasil se manifesta e se potencializa durante as crises, como esta deflagrada pelo avanço da Covid-19.

A lentidão com o que o Ministério da Cidadania moveu-se para implementar a ajuda emergencial aprovada pelo Congresso, desnudou a ausência de expertise em políticas públicas de enfrentamento à pobreza, bem como a desmobilização e falta de integração com as redes de atenção primária à saúde e de assistencial social, presentes nos municípios e que poderiam, neste momento, dotar de maior agilidade o cadastramento das populações em risco, por que já as conhecem. É o custo, desigualmente repartido, do desmonte das políticas públicas de combate à pobreza, ocorrido nos últimos anos. A opção por um sistema de auxílio que é acessado por aplicativos de celulares, que exigem uma população documentada e letrada, inclusive digitalmente, capaz de interagir em ambientes digitais, é ilustrativo da falta de familiaridade e desconhecimento sobre como vivem os pobres deste país. Dados do IBGE revelam que o acesso da população brasileira à internet é ainda limitado, com profundas desigualdades regionais e por segmentos da população e muitas vezes restrito às redes sociais. (IBGE, 2019)

O desenho da política desconhece que as periferias são plurais e, ao fazê-lo, negligencia o próprio Brasil. Vale lembrar que a criação de barreiras de acesso foi usada inúmeras vezes para dificultar o exercício dos direitos das populações pobres, foi assim com a carteira de trabalho, em seus primórdios (CARDOSO, 2010) e com o seguro desemprego, ao final dos anos 80 (CARDOSO Jr et al, 2006), justamente no momento em que a pobreza avançava no país e mais pessoas dele necessitavam. E a história se repete com a exigência de uma população documentada, agora com CPF regular, para receber o auxílio emergencial. Trata-se de mais um destes obstáculos que cria impedimentos para que as pessoas com direito ao auxílio possam efetivamente recebê-lo e ainda contribui para a redução do isolamento pois as empurra para as ruas, em busca da regularização, uma vez que muitas não dispõem de computadores e internet para solucionar o problema a partir de suas casas.

A ação do Estado durante a pandemia tem sido a expressão mais vívida do desconhecimento do governo acerca deste universo chamado de periferias, que nada tem de homogêneo, que tem suas próprias fronteiras, intensidades variadas de laços de confiança e de ajuda mútua nas comunidades. Mas ação do Estado também revela o descaso com que trata o avanço da Covid-19 sobre territórios e populações sem condições de manter-se higienizada, isolada e protegida. Não basta, contudo, olhar apenas as políticas explícitas, é preciso estar atento às políticas implícitas, aquelas que se estabelecem pela inação, pelo silenciamento diante da iminência da tragédia que se avizinha e afeta desigualmente a população. A não tomada de medidas suficientes para prover uma rede de proteção aos mais vulneráveis é uma política implícita, que expõe à morte mais alguns do que outros, é a necropolítica. Como sugerido por Mbembe “devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)?” (MBEMBE, 2016, p. 124), no nosso caso, ao corpo adoecido ou morto.

O olhar lançado sobre as periferias pelo governo é plano, incapaz de apreender a complexidade desses lugares, resulta em políticas públicas fragilizadas pela falta de capilaridade das ações propostas, que não conseguem acessar o “fundão” das periferias, como define Sandro Mesquita ao falar das várias camadas, modos de viver e habitar ali presentes. Ela pode chegar aos trabalhadores que perderam seus empregos em função da crise econômica que se projeta, pode chegar à população cadastrada em programas sociais, mas não alcança aqueles que vivem nas ruas, vivem na informalidade, vivem na invisibilidade. E, ao contrário dos estereótipos que circundam a periferia, no singular, definindo-a pelas ausências, este é um espaço territorial e social no qual não há vazios ou lacunas, está tudo preenchido por pessoas, redes, riscos, medos e solidariedade, tudo junto, e quando o Estado está ausente, outros atores ocupam e disputam este espaço. Isso vem ocorrendo mais intensamente neste momento.

As ações assistenciais, sejam ligadas a instituições de caridade religiosas já consolidadas, sejam formadas por pessoas anônimas movidas pela ética da solidariedade, se multiplicam apontando que a percepção da desigualdade está aumentada e intolerável para muitos. Estas ações, um tanto erráticas, por que ao sabor das demandas individuais e cadastramentos de famílias feitos emergencialmente, se mostram incapazes de superar os limites do assistencialismo, pois não alça os indivíduos a condição de cidadãos. Mas como a fome não espera, são essas ações que têm provido algum alento às famílias que se encontram em completa desproteção. Ainda assim, elas não chegam ao “fundão”, estão na primeira camada da periferia, a mais visível.

As organizações sociais enraizadas nas periferias, cujo pertencimento ao lugar lhes permite superar visões idealizadas, acessam populações específicas, como jovens, mulheres, crianças, em geral grupos já vinculados aos projetos por elas realizados, muitas vezes resultantes da participação em editais públicos. A gestão das populações pobres, ou o governo moral dos pobres, segundo Lautier (2014), compartimentaliza os indivíduos, enquadrando-os como sujeitos da ação pública, mediada pelas organizações sociais, cuja existência depende em grande parte destes editais. Mas, a população que vive nas periferias não se esgota aí, há aquelas pessoas que não se vinculam à projetos sociais, que tampouco são alcançadas pela caridade ou pelas organizações sociais e, menos ainda pelo Estado, para o qual são invisíveis, como argumentamos anteriormente. Estas pessoas são atingidas pelo desalento de inúmeras formas.

Por fim, no apequenamento do Estado, o tráfico cresce e disputa espaço nas periferias com todos os demais grupos, assistenciais, religiosos ou não, organizações sociais e o próprio Estado. O risco de ele assumir o papel e o discurso do Estado, de se fortalecer e se legitimar nas periferias está colocado e sendo assumido pelo governo e sua necropolítica.

Neste artigo, com caráter de ensaio, nos propusemos a lançar um olhar sobre a complexidade das periferias, apontando algumas de suas dinâmicas, seus modos de produção da vida e do cuidado. Este reconhecimento nos parece fundamental para estancar as perdas de vidas e construir condições para um efetivo enfrentamento da disseminação do Covid-19 nas periferias, sob o risco de, em não fazendo, repetir e reafirmar a invisibilidade que ronda esse território e que aprofunda a desigualdade e intensifica os danos históricos dela decorrente.

BIBLIOGRAFIA

AMÂNCIO, Thiago. Desigualdade de contaminação põe pressão em reabertura e coloca pobres em risco, diz estudo. São Paulo, **Jornal Folha de São Paulo**, 04.mai.2020. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05_/desigualdade-de-contaminacao-poe-pressao-em-reabertura-e-colo-pobres-em-risco-diz-estudo.shtml

BONET, Octavio. **O corpo e as emoções entre a natureza e a cultura**. II Fórum de Linguagem: Linguagem, Natureza e Cultura. Rio de Janeiro: UFRJ- Fórum de Ciência e Cultura, maio de 2006.

CARDOSO, Adalberto M. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CARDOSO Jr., José Celso et al. Desafios à montagem de um Sistema Público, Integrado e Participativo. **Texto para Discussão IPEA**, No 1237, Políticas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil. Brasília: IPEA, nov. de 2006.

FERREIRA, Michele. O Fique em casa evidencia as desigualdades. Pelotas, **Jornal Diário Popular**, 11.mai.2020. Disponível em: <https://www.diariopopular.com.br/geral/o-fique-em-casa-evidencia-as-desigualdades-151054/>

FONSECA, Claudia. **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

IBGE. **Brasil em Números**. Rio de Janeiro, v. 27. ISSN 1808-1983.

LAUTIER, Bruno. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 463-477, Dec. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792014000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Mai. 2020.

LICHAND, Guilherme; PROKISCH, Guilherme; LEAL-NETO, Onício. **A incidência econômica do coronavírus**. Março, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3b8nATI> e doi: 10.17605/OSF.IO/HF27W.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MENA, Fernanda. Entre casos identificados, covid-19 se mostra mais mortífera entre negros no Brasil, apontam dados. São Paulo, **Jornal Folha de São Paulo**, 10.abr.2020. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/0_4/coronavirus-e-mais-letal-entre-negros-no-brasil-apontam-dados-da-saude.shtml

VALLADARES, Licia. **A Invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.